



Anais do I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana:
Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Foz do Iguaçu, 2015.

Realização: Núcleo de Pesquisa de Política Externa Latino-Americana (NUPELA)

REDIRECIONAMENTOS NA POLÍTICA EXTERNA: ANÁLISE COMPARATIVA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CASO BRASIL- ARGENTINA

*Raphaela Andressa Gonçalves Teixeira¹
Brenda Thainá Cardoso de Castro²*

RESUMO: O presente artigo tem como propósito central refletir sobre as mudanças geoestratégicas da Política Externa brasileira e argentina no âmbito da integração regional. Para tanto, a análise partirá das “ondas de integração”: desde o Pan-americanismo, perpassando o pensamento cepalino e culminando no atual panorama institucional sul-americano. Estes contextos serão discutidos pelo viés teórico do Novo Regionalismo, somados ao acompanhamento da institucionalização da Integração Regional em ambos os Ministérios das Relações Exteriores por meio de criações de divisões e secretarias direcionadas à região. Realizou-se uma reflexão comparativa entre o Brasil e Argentina nos seus trajetos de institucionalização da Integração Regional no campo de suas políticas externas. Conclui-se que com uma maior institucionalização da Integração Regional direcionada para a América do Sul, o horizonte de referência da Política Externa alterou-se gradativamente de esforços continentais para ações regionais. A criação e o constante fortalecimento de uma agenda sul-americana colaborou para o despertar de um debate sobre identidade regional e seu papel no processo de viabilização de políticas de integração.

Palavras-chave: Política Externa; Integração; Regionalismo.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento de iniciativas de integração regional no mundo, tais como a União Europeia, NAFTA, MERCOSUL e outros, foram muitas as produções acadêmicas voltadas para a análise do processo de integração em estágios, fases e requisitos necessários para, no âmbito técnico, assegurarem esta integração.

Contudo, por outro lado, surge uma vertente teórica que enfoca na abordagem do regionalismo como um fenômeno multidimensional. A partir desta visão propõe-se aqui uma análise da cooperação regional além do âmbito econômico e que não tem início na criação do MERCOSUL, mas sim se remonta ao início da independência do Brasil e da Argentina de suas metrópoles.

Destarte, o presente artigo subdivide-se em: abordagem teórica do Novo Regionalismo de Andrew Hurrell; apanhado do histórico bilateral das diretrizes da Política Externa da Argentina e do Brasil nas “ondas de integração” do Panamericanismo, Latinoamericanismo e Sulamericanismo; acompanhamento da evolução da institucionalização no âmbito dos Ministérios de Relações Exteriores de ambos Estados; análise comparada entre a institucionalização, o histórico e as categorias do Novo Regionalismo; e, por fim, considerações finais.

A pesquisa aqui aplicada foi de cunho documental e bibliográfica, foram consultados documentos oficiais e obras de relevância para o tema abordado.

Buscou-se, neste trabalho, verificar se houve influência das “ondas de integração” no âmbito institucional da Política Externa e do organograma dos Ministérios de Relações Exteriores e de que modo cada país internalizou estes redirecionamentos geoestratégicos.

¹ Bacharel em Relações Internacionais (UNAMA), raphaelagonc@gmail.com.

² Bacharel em Relações Internacionais (UNAMA) e Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFGA). Docente do Curso de Graduação em Relações Internacionais (UNAMA), brendatcc@gmail.com.

2 CATEGORIAS DO NOVO REGIONALISMO

No século passado, em diversas regiões do mundo foram notados processos de cooperação regional que pareciam controversos às tendências da globalização. Logo, notou-se que o regionalismo seria apenas mais um elemento intrínseco à nova ordem mundial.

A área de estudos regionais é diversa e poucos são os teóricos que se dedicam ao tema com afinco, dentre eles destaca-se Andrew Hurrell, que determina cinco categorias que formam o que ele chama de “Novo Regionalismo”.

Este Novo Regionalismo é identificado como aquele que se caracteriza sob influência da Guerra Fria, a divisão entre Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, a própria interdependência complexa e o aumento dos fluxos financeiros.

As categorias de Hurrell (1995) apresentam-se como uma decomposição do conceito e mostram as variedades e os distintos níveis de integração que podem existir.

A **Regionalização** é a primeira categoria, na qual Hurrell (1995, p. 26) faz referência ao crescimento autônomo da interação das sociedades, também chamada de “*soft regionalism*” ou integração informal, não originada pelos Estados. Os níveis elevados de interdependência econômica entre os países de uma mesma região geográfica, influenciados principalmente pelo fluxo mercadológico, pelo comércio privado, e pelos investimentos empresariais, aumenta a circulação de pessoas, transformando-as em uma sociedade civil regional transnacional (aqui, as fronteiras políticas não são rígidas e podem apresentar polos de desenvolvimento).

Na categoria **Consciência e Identidade regional** (*ibid*, p. 27) as regiões, apesar de definidas em termos territoriais, também podem ser vistas como áreas subjetivas, imaginadas pela mentalidade coletiva, resultado das trocas simbólicas entre as sociedades que quando internalizadas são capazes de nortear compreensões sobre a realidade social. A consciência e a identidade regional são noções construídas em contraposição, de forma subnacional (elementos internos) e supranacional (elementos externos).

Já a **Cooperação Regional entre Estados** é a prevalência de regimes interestatais ou intergovernamentais, utilizando instrumentos como acordos, tratados e negociações para ampliar a atuação em desafios externos. Tem como propósito sanar problemas mútuos, assegurar ganhos e coordenar posições regionais. O caráter mais formal ou anêmico das instituições pode depender do exato nível de institucionalização da integração. Nesse quesito, tornar-se necessário lembrar a questão da soberania estatal, utilizada como moeda de troca para ter acesso e influência no poder decisório de assuntos que envolvam outros Estados.

Enquanto normalmente entende-se o regionalismo pela Integração Regional (como da União Europeia e suas fases), Hurrell (1995, p. 29) a define como **Integração econômica regional promovida pelos Estados**. Esta quarta categoria iguala-se às fases da integração econômica regional, também conhecida como formação de blocos econômicos (Zona de Preferência, Área de Livre Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Econômica e Monetária), destinadas a cobrir as barreiras alfandegárias, diminuir as barreiras não tarifárias, regulamentar os mercados, etc. Ou seja, é promovida através de políticas públicas e corresponde a apenas mais uma característica de um fenômeno mais amplo.

Por fim, na **Coesão Regional** temos a união das quatro categorias anteriores, onde há a concepção de uma nova unidade regional coesa e consolidada em âmbito econômico, político e social que prevalece sobre os Estados, através de uma base organizadora. Isso se dá no momento em que os Estados se percebem como membros de um mesmo grupo e desenvolvem potencial gerador de ações e condutas acertadas harmoniosamente, exercendo

um papel que define as relações da mesma com o resto mundo.

É importante aqui ressaltar a diferença teórica entre o regionalismo e a Integração Regional como um processo. O Novo Regionalismo propõe justamente uma visão abrangente e sem delimitar fases, estágios, pois reconhece que não há uma ordem lógica a ser seguida ou passos que devem preceder outros.

Esta abordagem abre a reflexão para a análise conjuntural e singular de cada região do globo, não atendo-se a regras. Para tanto, em seguida, serão abordadas as “ondas de integração” por meio do histórico da Política Externa brasileira e argentina, assim como a análise da institucionalização referente às regiões no âmbito dos Ministérios de Relações Exteriores dos Estados supracitados.

3 DIRETRIZES E “ONDAS DE INTEGRAÇÃO”

Nesta seção foram analisadas as ditas “ondas de integração” (SOUZA, 2012), que resumem-se ao **Panamericanismo**, o qual tem início ainda no século XIX, o **Latinoamericanismo**, a partir da metade do século XX, e, por fim, o **Sulamericanismo** que nota-se já no fim do século XX. Deste modo, buscou-se realizar um histórico bilateral das políticas externas do Brasil e da Argentina, assim como a contextualização históricas de iniciativas de cooperação regional ocorridas entre o século XIX, o século XX e início do século XXI.

3.1 PANAMERICANISMO (1808-1948)

As relações do Império brasileiro com os países vizinhos são pouco evidenciadas pelos historiadores, principalmente no que tange à presença brasileira em eventos, tratados, acordos, encontros promovidos com ideais integracionistas como os liderados por Simón Bolívar e das iniciativas do governo peruano³ junto a outros países. Consta que nenhum desses encontros citados fora prestigiado por uma comissão brasileira.

As diferentes heranças coloniais e a desconfiança a respeito do possível desejo expansionista entre os regimes políticos da região e advindos da proclamação da República já apresentavam aspectos importantes para justificar o afastamento da atenção brasileira aos assuntos referentes à América do Sul, tendo em vista que o Brasil adotou uma política de estreitamento com os Estados Unidos, sem dar destaque às relações diplomáticas com seus vizinhos. Conforme Ramos (2012), no momento após a proclamação da República, conceitos gerais, como o de americanização, passaram a orientar as primeiras formulações da política externa brasileira e marcavam um rompimento com o contexto europeu, onde estava a monarquia.

Nesse período, surgem duas figuras importantes na cena da política externa dos dois maiores países sul-americanos: Estanislao Zeballos e José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1902-1912), respectivamente, representantes da Argentina e do Brasil, que traziam uma rivalidade pessoal para suas ações políticas desde 1895⁴.

Galgando inserção internacional e relevância política, o diplomata brasileiro, à frente

³ Primeiro Congresso Anfictiônico do Panamá em 1826 e Primeiro Congresso Hispano-americano depois do Congresso do Panamá, em 1839 (SOUZA, 2012).

⁴ Quando perdera definitivamente para este o litígio de fronteiras conhecido como a Questão das Missões, em que ao Brasil foi dado ganho de causa pelo arbitramento do presidente estadunidense Grover Cleveland (MARTINS FILHO, 2008).

do Ministério das Relações Exteriores, derivava sua identificação com os EUA a partir da projeção de um eixo de simetria baseado nas suas extensões territoriais em meio a países de língua espanhola, resultando em um alinhamento com Washington (DC). Além disso, observava a ação do imperialismo europeu na partilha da África e no domínio de quase toda a Ásia, assim como a propagação da Doutrina Monroe, com a “América para os americanos” e temia o mesmo para o Brasil.

Só em fins de 1910, com a posse do novo presidente Sáenz Peña, a Argentina adotou uma postura receptiva ao Brasil e ativam-se as primeiras ideias sobre a integração regional na PEB firmando o Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitramento, chamado ABC (Argentina, Brasil e Chile) que mostrava a necessidade de um acordo permanente para que se mantivesse a paz e a segurança na região. Inicialmente, o ato foi celebrado como fim do isolamento político e superação das rivalidades entre as três potências regionais (CANDEAS, 2005).

Entretanto, comumente, Brasil e Argentina adotavam posturas diferentes, como por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial. Mesmo ambos sendo pró-aliados, a Argentina sustentou uma posição neutra e o Brasil declarou-se beligerante tendo, inclusive, participado da criação da Liga das Nações ao final do conflito. Logo, coube ao Brasil se aproximar dos Estados Unidos em mais este aspecto, especialmente pela potência do norte se transformar em nosso principal comprador de café e borracha, constituindo uma importante relação econômica e política.

Exceção à época, Santos (2005) aponta a aproximação entre os dois países através das visitas de Agustín P. Justo ao Rio de Janeiro em 1933 e a de Getúlio Vargas a Buenos Aires em 1935, quando foram firmados acordos econômicos, políticos e, principalmente, culturais.

Na famosa frase de Getúlio Vargas, dita em 1936, “para simpatizar é preciso compreender”, nota-se a aspiração de favorecer um conhecimento recíproco e de melhor compreensão entre os vizinhos, além de manter a tranquilidade na região. No mesmo período, o Ministério da Educação lançava diretrizes de um “pan-americanismo escolar”, na mesma intenção de difusão cultural e aproximação.

Contando com a presença de intelectuais, os acordos mais expressivos da época são: o “intercâmbio intelectual”, em 1933, estabelecia que as instituições ou associações científicas, culturais, literárias e artísticas do Brasil e da Argentina procurariam fomentar por todos os meios o intercâmbio entre seus intelectuais; e a proposta de “revisão dos textos de ensino de História e de Geografia”, onde o documento releva:

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, animadas do desejo de ainda mais estreitar as relações de amizade que as unem, convencidas de que esta amizade mais se consolidará pelo perfeito conhecimento que tenham as novas gerações, tanto da geografia como da história de suas respectivas pátrias, expurgados dos textos de ensino daqueles tópicos que recordem paixões de épocas pretéritas, quando ainda não se haviam perfeitamente consolidado os alicerces de suas nacionalidades [...]. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1939).

Essa proposta demonstrava a inquietação dos governos em reproduzir juízos positivos do país vizinho que era um objetivo fundamental neste momento de aproximação e a educação seria um instrumento relevante na construção dessa nova mentalidade.

O início da década de 1940 retoma as oscilações de posicionamento nas relações argentino-brasileiras. Novamente, Argentina decretou neutralidade e o Brasil entrou na guerra inicialmente em função do afundamento de diversos navios brasileiros em águas internacionais e finalmente nas águas territoriais. Porém, afastamento do liberalismo e a adoção de uma política externa nacionalista conservadora num momento em que a Segunda Guerra começava a beneficiar os Aliados forçou a alteração da posição argentina. A Ata de Chapultepec, referente à Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz em 1945, permitia que o país se qualificasse como membro fundador das Nações Unidas graças, inclusive, ao apoio do Brasil (CANDEAS, 2005).

3.2 LATINOAMERICANISMO (1948-1984)

No final da década de 1940, o início de um forte pensamento geopolítico brasileiro começa a demarcar presença no continente como potência geográfica, com posse de recursos naturais e capacidade tecnológica e científica proporcionou vários ensaios que tentaram ativar os acordos regionais de integração econômica, mas a desproporção industrial dificultou a continuidade das ações coordenadas.

Se por um lado as relações eram prejudicadas pelo desnível em suas competências econômicas, as atividades culturais se mostravam presentes nos meios intelectuais e vitalizava os anseios da busca por desenvolvimento regional. O argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado foram os dois principais articuladores e influenciadores de pensamento econômico da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), a primeira escola de pensamento econômico a surgir na América Latina.

A criação da CEPAL, em 1948, marca um pensamento de cooperação intelectual que, além dos objetivos que se propõe a atingir, a comissão chama atenção por abrigar estudiosos e analistas do movimento econômico do continente na busca da redução dos diferenciais de competitividade e, ao mesmo tempo, na diminuição da distância, em termos de desenvolvimento econômico e social entre as nações latino-americanas, atingindo, mormente, Brasil e a Argentina na década de 1960.

Durante esse período, observou-se que o governo argentino dava uma maior prioridade as suas relações com a América Latina. Cavlak (2012) ressalva que Perón pleiteava de alguma maneira uma “aliança bolivariana” com a exclusão dos Estados Unidos, destacando o “principismo” e uma luta incessante para reduzir a dominação dos Estados Unidos como principais atributos de sua política hemisférica. De fato, buscavam uma política de maior autonomia e regional, em ações de certo modo contraditórias:

Rejeitam o alinhamento automático e o imperialismo, mas se mantém na órbita estratégica dos Estados Unidos (Perón deixa claro que apoiaria os EUA em um conflito com a URSS); adere ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR); retoma relações com a URSS, mas rejeita o comunismo; abstém-se na votação da resolução *Uniting for Peace*, pela qual a Assembleia-Geral da ONU desbloqueia temas vetados pela URSS no Conselho de Segurança; aspira ao protagonismo latino-americano apoiado em uma retórica de solidariedade; e inaugura a política de recuperação das Malvinas e de soberania territorial na Antártida (CANDEAS, 2005, p.20).

A tentativa de reedição do ABC (1951) retrata um ensaio de reaproximação e virtude da reeleição de Vargas, apoiado por Perón, pois ambos eram adeptos a uma união no Cone

Sul, defendendo a ideia de o Itamaraty lutar nos fóruns internacionais para que as ilhas Malvinas voltassem para a soberania argentina (CAVLAK, 2012). Mas, Vargas acabou desistindo da ideia, porque desejava estar livre para poder articular-se politicamente com diversos países com o intuito de angariar recursos para o desenvolvimento do país (COMIN, 2007).

De iniciativa brasileira criou-se, através da Política Externa Independente, a OPA (Operação Pan-americana), que conforme Cavlak (2009) consistia num “conjunto de ideias e práticas diplomáticas visavam à obtenção de recursos financeiros dos Estados Unidos, com o corolário da integração dos países da região para combater o subdesenvolvimento”. O documento direcionado ao presidente Dwight Eisenhower descrevia fatores que suscitava a insatisfação da maioria das nações sul-americanas.

Dessa maneira, a ligação com a Argentina seria a melhor maneira de pressionar Washington e criar um novo núcleo de desenvolvimento econômico independente da hegemonia estadunidense. Frondizi apoiou a iniciativa brasileira, o que desencadeou na concepção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC).

A diplomacia brasileira parecia desligar-se, exclusivamente, das ordenações norte-americanas. Fazer parte do chamado “Terceiro Mundo” gerava a necessidade de buscar uma ação comum com os vizinhos hispanos. Isso se deu em função dos estudos elaborados pela CEPAL já apontavam a criação de um mercado comum latino-americano como uma das formas de originar um novo modelo de desenvolvimento dos países da região. De acordo com Carvalho (2009), só desse momento em diante, é possível e falar em América Latina como um conceito contrário à hegemonia estadunidense e à ideia de pan-americanismo.

Esses acontecimentos que marcam uma mudança na nossa relação com a América Latina ganham ambiguidade logo em seguida, durante o período da guerra fria, caracterizados pela polaridade do Sistema Internacional, e que nesse caso se inseria na área de influência dos EUA, cujo interesse de manter sob sua esfera de poder garantiria um controle ideológico capitalista na região, coincidindo com os intuitos dos governos militares em seus projetos de desenvolvimento econômico.

A busca de solução de litígios territoriais e de interdependência econômica através do Tratado e da construção da Usina de Itaipu com o Paraguai, em 1973, e acordos sobre energia nuclear compõem duas áreas estratégicas para o fortalecimento de confiança e modificam a natureza dos laços entre Brasil e Argentina partindo para a construção da estabilidade estrutural pela cooperação, além do apoio brasileiro à causa argentina relacionada às Ilhas Malvinas, que ao fornecer material bélico, demonstrava que naquele instante não haveria preocupações em ajudar militarmente a Argentina, ou seja, se visualizava uma cultura de amizade entre os países.

De grande ênfase esse caráter cooperativo se compor ainda numa conjuntura nacional instável – onde a hipótese de conflito entre os vizinhos era praticamente impossível. Isso demonstra que o acerto no entendimento entre esses países possibilitaram elos de aproximação, levando-os a uma nova consciência a respeito de suas posições no cenário internacional, referente a limitações estratégicas e lideranças na cooperação diplomática.

3.3 SULAMERICANISMO (1984-2010)

A partir de 1984, a estabilidade política, que já era estrutural desde o fim dos governos militares, evoluirá da cooperação para a integração, favorecida pelo distanciamento do

governo de Reagan. José Sarney e Raul Alfonsín viram seus mandatos ameaçados pela crise desenvolvimentista nacional, enfrentavam a estagnação econômica, uma dívida externa bilionária e os desafios de um longo período pós-ditatorial que os manteve fechados para o que ocorria no mundo globalizado.

A abertura comercial e política dos países favorecem o início dos diálogos entre Brasil e Argentina, que culminam com a declaração de Foz do Iguaçu em 1985, onde se firmaram os alicerces da integração regional. Um ano mais tarde, a Argentina declarou em fevereiro de 1986 as suas intenções para com o Brasil de uma "associação preferencial", ou uma zona de preferência tarifária, ao passo que o Brasil dava sinais claros de interesse na aproximação, recebendo a comitiva Argentina em Itaipava semanas depois, em um contexto que para muitos, a ideia de integração não passava de uma abstração.

Ainda durante a crise militar, em um cenário internacional extremamente adverso, criou-se em Montevideu a ALADI (Associação Latino-americana de Integração), num esforço de retomar os anseios do passado para a integração regional tornar-se realidade futura.

Em 1986, Alfonsín e Sarney assinam a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e criam a Comissão de Execução do Programa de Integração binacional. A partir de um enfoque gradualista e flexível, busca-se estender o processo de integração a outros países da América do Sul, a começar pelo Cone Sul. Em 1989, os dois Presidentes assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estabelece prazo de 10 anos para a conformação do espaço econômico comum (CANDEAS, 2005). O primeiro passo formal em direção à integração foi a Declaração de Iguaçu.

A década de 1990 foi predominantemente de encontros e acordos, Brasil e Argentina a estreitarem significativamente seus laços, principalmente comparado aos demais países da ALADI. O impasse se deu nos anos seguintes, quando ambos os países foram atingidos pelos efeitos negativos do neoliberalismo como o aumento da dívida externa e aumento das importações de produtos industrializados, prejudicando as indústrias nacionais.

Na tentativa de compensar a recessão regional pela qual a América do Sul estava na década de 1990, os presidentes Fernando Collor e Carlos Menem assinam a Ata de Buenos Aires, que seria complementada no ano seguinte em Assunção, com a adesão de Uruguai e Paraguai como países membros, e então é constituído oficialmente no dia 26 de Março de 1991, o Tratado de Assunção que deu origem oficial ao Mercado Comum do Sul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), sendo idealizado como um instrumento de distensão política entre dois países e de livre-comércio. O MERCOSUL inicia-se na fase de União Aduaneira e após inúmeros encontros e reuniões de 1991 até 1994, ocasião onde se estabeleceu o Protocolo de Ouro Preto, que reafirmava os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atribuía ao MERCOSUL seu caráter institucional definitivo.

No entanto, a partir do ano de 2000, com as crises econômicas na América Latina, o processo de integração adquiriu outro aspecto. Os aspectos comerciais e econômicos não deixaram de ser fundamentais, mas também foram adquirindo maior relevância. Dessa forma, a pedido do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, realizou-se em Brasília, no mesmo ano, pela primeira vez na história do continente, a Reunião de Presidentes da América do Sul. Oriunda dessa reunião foi criada a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), tendo como finalidade a preparação de planos para as áreas de integração física e infraestrutura que modernizassem e potencializem as relações entre as nações sul-americanas.

É inegável que o MERCOSUL nasceu com vocação, prioritariamente, direcionado para ser um tratado comercial. Mas, partir de 2003, esse modelo de integração começou a ser

intensamente questionado pelos novos governos que foram assumindo o poder nos países da região. Os presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva assinam o Consenso de Buenos Aires, promovendo uma nova agenda para a região.

”A partir de iniciativas surgidas nesta etapa do acordo regional, o bloco tem dado passos importantes em alguns campos. Entre eles, podemos destacar políticas tarifárias que favorecem o comércio; a criação de fundos estruturais; a instalação do Parlamento do MERCOSUL; a criação do Instituto Social do MERCOSUL; a regulamentação do Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias e o começo das atividades do Tribunal Permanente de Revisão; e finalmente, a elaboração do instrumento para a vigência imediata das regras que não requerem aprovação parlamentar”⁵.

Em 2004, foi estabelecida a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que após algumas reuniões dos Chefes de Estados da região, transformou-se na União das Nações Sul- Americanas (UNASUL), em 2007, tendo um papel significativo de mediador nas situações de crise na América do Sul e iniciando a discussão a respeito da participação da sociedade do processo de integração regional, inclusive das comunidades indígenas, buscando consolidar uma identidade sul-americana.

4 HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA INTEGRAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA

Faz-se necessário observar a institucionalização da Integração Regional na Política Externa brasileira desde seus primórdios de modo a propiciar uma identificação prática ou não das ondas de integração. Esta seção baseou-se no acompanhamento da criação e delimitação de departamentos, órgãos e secretarias no âmbito dos Ministérios de Relações Exteriores dos países em análise de modo a verificar as prioridades da Política Externa no âmbito regional.

Destarte, serve-nos de base de análise documental a compilação da estrutura e organização do Itamaraty, os dois volumes publicados em 2009 sobre os dois séculos transcorridos do mesmo no que concerne à política externa do país (CASTRO, 2009).

Apesar da então recente quebra da relação entre colônia e metrópole, o Brasil já começava a redefinir seu alinhamento político aos poucos para o hemisfério americano, afastando-se da concepção de dependência com o continente europeu, tal como se pode perceber na citação abaixo retirada do Relatório de 1831 (CASTRO, 2009, p. 51):

“e talvez por muito tempo ainda, devamos continuar a ter maiores relações com o antigo mundo, convem todavia principiar desde já a estabelecer e apertar com referencia os vínculos, que no porvir devem muito estreitamente ligar o Systema político das Associações do Hemispherio Americano. Partes componentes deste grande Todo, aonde a natureza tudo fez grande, estupendo, só podemos ser pequenos, débeis, e pouco respeitados, enquanto divididos. Talvez huma nova era se aproxima, em que as Potencias d’America pejando-se de suas divisões intestinas, à vista do exemplo de concórdia, que nós lhe offerecemos, formem huma extensa

⁵ Parlamento Juvenil MERCOSUR (2010). Documento de trabalho para representantes.

processo de integração regional, inclusive das comunidades indígenas, buscando consolidar uma identidade sul-americana.

família, e saibão com o vigor próprio da liga robusta de tantos Povos livres repellar com toda a dignidade o orgulho, e pertenções injustas das mais enfatuadas Nações estranhas...”

Este realinhamento também pode ser identificado nas declarações de Francisco Carneiro de Campos em 1832 (*idem*)

“O Governo Imperial não pode deixar de sympathizar com a grande concepção Americana, de que já tive a honra de comunicar o pressentimento no meu primeiro relatório, e faz votos sinceros, para que, passando ella de um bello ideal, as circunstancias se proporcionem quanto antes o seu feliz complemento: entretanto protesta desde já, dada a ocasião elle unirá seus esforços para tudo quanto, salvas as instituições e interesses Nacionais, possa concorrer para fundar grandeza, a gloria do Nome Americano”

As legações e consulados nesse período ainda estavam muito mais presentes na Europa, mas já havia representações na Argentina, Bolívia, Chile, Estados Unidos, Nova Granada e Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A reforma no corpo diplomático feita pela Gestão Quintino Bocaiúva (1889-1890) trazia em seu artigo 6º um traço forte dos incentivos à integração ao continente americano, como o estágio em posto na América obrigatório para os que iniciassem a carreira como Segundo Secretário, era uma condição para serem promovidos ou removidos para a Europa sem que tivessem completado quatro anos do referido estágio (*ibidem*, p. 161).

Durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) foram implementadas mais políticas de reafirmação da Política Externa voltada para o continente americano, como uma gratificação anual para os enviados que servissem mais de dois anos na América do Sul, América Central, Antilhas e Ásia garantida pelo Decreto Nº 2.363 de 31 de dezembro de 1910. A política americanista do Barão do Rio Branco é notória e apesar do fim da sua gestão foi continuada por

“Lauro Müller sucedeu a Rio Branco, sem substituí-lo, no seu dizer modesto, quando tomou posse do cargo de Ministro das Relações Exteriores, no Governo do *Marechal Hermes da Fonseca*. Consolidou a política americanista, iniciada pelo seu ilustre antecessor, e continuou o trabalho de demarcação das nossas fronteiras encetado após a assinatura dos numerosos tratados concluídos na administração Rio Branco.” (CASTRO, 2009, p. 235- 236)

Foi no Regulamento de Lauro Müller de 1913 que por conta do “desenvolvimento das relações do Brasil com os seus vizinhos e a importância crescente dos assuntos internacionais no cenário mundial” (*ibidem*, p. 241) que houve uma reforma na organização da Secretaria de Estado, as seções que foram redefinidas foram: a de Negócios Políticos e Diplomáticos da América; a seção da Europa, Ásia, África e Oceania, a de Negócios Econômicos e Consulares da América. Já na gestão de Nilo Peçanha (1917-1918) havia uma seção subordinada à Diretoria Geral encarregada dos assuntos da União Pan-Americana.

A Comissão Brasileira Pan-Americana, a qual foi o “primeiro órgão criado no corpo da Secretaria de Estado para tratar de assuntos referentes a uma organização internacional”. Porém, a mesma foi extinta pelo Regulamento Domício da Gama de 1919, o qual viria a ser

revogado em menos de um ano pelo Regulamento Azevedo Marques, instituindo a nova estrutura orgânica da Secretaria de Estado com duas diretorias gerais (uma de negócios políticos e diplomáticos e outra de negócios comerciais e consulares). As seções eram divididas entre Negócios da América, da Europa e Ásia (no âmbito político e diplomático) e América; Europa, Ásia, África e Oceania.

Durante as seguintes gestões (especialmente a de Oswaldo Aranha) a relação entre os Estados americanos foram se estreitando sendo realizadas diversas Reuniões de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, garantindo o alinhamento político dos mesmos. Destarte, o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo levaram os países americanos a intensificar seu relacionamento com os Estados Unidos da América.

A reestruturação implementada pela gestão Azeredo da Silveira (1974-1979) redefiniu a organização onde se criou o Departamento das Américas (DAA), Departamento da Europa (DEU), Departamento da África, Ásia e Oceania (DAO), e, entre outros departamentos que não geográficos, o Departamento de Organismos Regionais Americanos (DRA), demonstrando novamente a atenção dada ao continente (*ibidem*, p. 634-635).

Vinculada ao DRA teremos nas décadas seguintes (1970-1989) a criação de Divisões do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a sua alteração para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Enquanto isso, no período entre 1969 e 1980 era estabelecido o Departamento América Latina, criado pelo Decreto nº 2084/1969 o ministério é reorganizado tendo vinculados à Direção Geral de Política (abaixo da Subsecretaria de Relações Exteriores e Culto) os departamentos da América Latina, Economia Internacional, América do Norte, Europa Ocidental, Europa Oriental, África e Oriente Próximo, Organismos Internacionais, Ásia e Oceania, Assuntos Culturais. Em 1983, o Decreto nº 1363 vai separar o Departamento América Latina em América do Sul, América Central e Caribe⁶.

Em 1987 (Gestão Roberto C. de Abreu Sodré) foi criada na Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos (SGAC) a Divisão Econômica da América Latina (DECLA) (CASTRO; CASTRO, 2009, p. 89). A tendência da política externa defendida pelo presidente Sarney continuaria a ser implementada pelos presidentes que o seguiram, especialmente Collor, e também foi observável nas modificações da organização do MRE, tais como

“O Departamento de Integração Latino-Americana (DIN), passou a figurar como mais um dos órgãos da Secretaria-Geral de Política Exterior. Além disso, no Departamento Econômico (DEC), o mesmo decreto criou a Divisão de Comércio e Produtos Avançados (DCIA) e extinguiu a Divisão Econômica da América Latina (DECLA). O (...) DIN, a Divisão do Mercado Comum (DMS) e a Divisão de Integração Regional (DIR), deram suporte a SERE [Secretaria de Estado e Relações Exteriores] de seguir a orientação do Governo Collor de priorizar as questões de integração regional, em particular os assuntos relacionados ao Mercado Comum do Sul” (*ibidem*, p. 125)

⁶ O fundo documental argentino administrado pelo Conselho Internacional de Arquivos destaca que há uma lacuna documental do período de 1919-1951 no que diz respeito ao que faria referência às relações entre os países da América Latina.

Na Argentina, o Decreto nº 488 de 1992 reestabeleceu a estrutura criando uma Secretaria de Relações Exteriores e Assuntos Latino-americanos, colocando a região como destaque não apenas nesta secretaria, como também na Secretaria de Relações Econômicas Internacionais onde se faz referência ao incentivo para promover a integração da região.

Há também a criação da Direção Geral de Política Latino-americana e na Direção Nacional de Integração Econômica Americana é interessante frisar que neste âmbito destacam-se os esforços para o MERCOSUL, mas também da ALCA.

Pelo Decreto nº 3.414 de 2000 o Núcleo de Negociação da ALCA, o qual antes era vinculado à DIR, tornou-se vinculado diretamente à Subsecretaria-Geral de Integração Econômica e de Comércio Exterior (SGIE), chamando-se agora Núcleo de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (*ibidem*, p. 199).

Seguindo as modificações do início dos anos 2000 na gestão de Celso Lafer, foi criada a Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia subordinada à Direção-Geral de Integração Latino-Americana (DIN).

Durante a gestão de Celso Amorim foi aprovado o Decreto Nº 4.759 em 2003 o qual criava no âmbito do Gabinete do Secretário-Geral (SG) a Subsecretaria-Geral da América do Sul, enquanto as divisões e departamentos direcionados a outras regiões e países (como Estados Unidos, México, Oriente Próximo, etc) estavam vinculadas à Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (*ibidem*, p. 290). Importante também destacar a criação da Divisão Econômica da América do Sul.

Pelo Decreto Nº 7.304 de 2010 foi criada a Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e Caribe, mantendo departamentos específicos como da América do Sul I, América do Sul II, da ALADI e Integração Econômica Regional, do MERCOSUL e da América Central e Caribe.

O atual organograma do Ministério das Relações Exterior e Culto da Argentina possui, subordinada à Secretaria de Relações Econômicas Internacionais, a Subsecretaria de Integração Econômica Latino-americana e do MERCOSUL, assim como tem vinculada à Secretaria de Relações Exteriores a Subsecretaria de Política Latino-americana (criadas respectivamente pelos decretos nº 2085 de 2011 e nº 878 de 2008).

Deste modo, é perceptível que a organização institucional dos Ministérios de Relações Exteriores dos países em questão é reflexo das diretrizes da Política Externa e dos contextos históricos observados. Ainda que com algumas ressalvas, é notável o alinhamento geral entre as “ondas de integração” e a institucionalização destas. Para tanto, é preciso aprofundar-se sobre as variáveis apresentadas.

3 ANÁLISE COMPARADA HISTÓRICA-INSTITUCIONAL E AS CATEGORIAS DO NOVO REGIONALISMO

A ponderação de um pouco mais de um século de Política Externa dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina permite-nos observar os redirecionamentos geoestratégicos de maior prioridade desses Estados, numa perspectiva em longo prazo, voltada para a Integração Regional.

A primeira onda de integração, em meados do século XIV, o Brasil-República já demonstrava o enfraquecimento da influência política europeia e o início de uma maior articulação com o hemisfério americano, e conseqüentemente, aproximando-se dos Estados Unidos até a década de 1940, e retomando seu destaque no final do da década de 1990, conforme se pode notar nos discursos do representante diplomático, previamente citados,

Francisco Carneiro de Campos, sobre as intenções de uma concepção americana, verificado na existência de departamentos voltados para o continente americano, além de diversas políticas direcionadas como a Conferência Internacional Americana.

A segunda mudança no horizonte das Políticas Externas acontece, de forma gradual, com a criação da CEPAL e em função da Guerra Fria e do reconhecimento de que os países da região se colocavam na posição de Terceiro Mundo. Sendo assim, o Brasil buscou uma nova referência de desenvolvimento e de liderança regional, responsável por projetar novas propostas de integração, não mais com uma abordagem continental, e sim subcontinental, presenciada na criação de divisões específicas para a América Latina (Departamento América Latina, em 1969, na Argentina e Divisão no MRE para ALALC, na década de 1970, no Brasil, entre outras).

A terceira redefinição de diretriz externa se apresenta num contexto de redemocratização, ganha novas motivações, graças a mudanças na economia internacional, levando as iniciativas de integração a uma adequação às novas demandas do mercado global. Aqui os processos institucionais, mais significativamente, o MERCOSUL, tomam força, vistos inicialmente como plataforma comercial da região sul-americana e, posteriormente, como alicerce político para firmação da inserção internacional brasileira. Podemos observar o crescimento exponencial através do surgimento diversas secretarias, sub-secretarias, divisões e departamentos voltados para o desenvolvimento da integração tanto da América Latina, tanto quanto para a América do Sul.

Em linhas gerais, essas redefinições foram ocasionadas, em maior parte por eventos externos, como o início da Guerra Fria (na transição do Panamericanismo para Latino-americanismo), a dissolução da União Soviética e a retomada de influência norte-americana na América Central (na transição Latinoamericanismo para Sulamericanismo), também influenciado pela redemocratização tanto na Argentina quanto no Brasil, respectivamente na década de 1970 e 1980, impulsionados pelo Milagre Econômico, reforçando a possibilidade de autonomia político-econômica.

No entanto, o que se notou nas décadas seguintes foi uma série de acontecimentos como a crise econômica, o fim da Guerra Fria e a retomada da América Latina como área de influência norte-americana, o abandono pelo governo de Carlos Menem do tradicional latino-americanismo para submeter toda sua política exterior as necessidades de Washington⁷, refletiu-se na criação de órgãos voltados para a iniciativa da ALCA, na Argentina pelo decreto nº 488/1992 e também na existência do Núcleo de Negociação da ALCA no Brasil.

Igualmente inspirados pelo êxito europeu de constituir-se enquanto uma comunidade, indicando a necessidade de se pensar em algumas questões concretas da realidade sul-americana, ou no mínimo, em reconhecer que atravessávamos problemas comuns e que, na subordinação globalizada não há alternativa a não ser a união, visto em prática, por exemplo, com a criação Coordenação Geral para as Negociações MERCOSUL-União Europeia, nos anos 2000 – auxiliando na harmonização das normas técnicas e alfandegárias do bloco e disponibilizassem suporte e *know-how* para o funcionamento coerente de seus futuros órgãos – entre outras iniciativas voltadas para América do Sul. Já em meados dos anos 2000, os Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e da Argentina retomam a nomenclatura dos seus órgãos para “América Latina”, o que se justifica pelo novo ideal de integração Latino-

⁷ ARGENTINA.AR. Relaciones Carnales: El vinculo com Estados Unidos em La década Del 90. País, 05 dec. 2013. Disponível em: <http://argentina.ar/2013/12/05/pais-24129-relaciones-carnales-el-vinculo-con-estados-unidos-en-la-decada-del-90.php>. Acesso em: 30/08/15.

americana, abrindo precedentes para a UNASUL.

Destarte, no âmbito das categorias contidas no Novo Regionalismo, identificam-se primordialmente a Integração Regional promovida pelos Estados, seguido pela Cooperação Regional entre Estados, assim como a própria Regionalização, como consequência das duas primeiras. Isto se correlaciona com a deficiência apresentadas nas categorias de Consciência e Identidade Regional e Coesão Regional, as quais foram verificadas pela volatilidade das decisões internas em decorrência de fatores externos.

A identidade regional também se apresentou como um elemento de influência forte na definição da Política Externa brasileira e, onde os líderes políticos ao traçarem seu plano de atuação externa fizeram a partir do reconhecimento das similaridades e das diferenças em nível de seus assuntos internacionais, sendo capaz de alterar a estrutura normativa interestatal, ou seja, a visão que ambos os países tinham de si e dos outros foi um elemento que o governo usou para entender o contexto que o cercava e assim recalcula suas ações.

O modelo de integração seguido até hoje pelo Brasil e Argentina foi sustentado em bases econômicas, por sistemas políticos democráticos – embora não demonstrassem por muito tempo comprometimento com o alargado da cidadania e o direito das comunidades – financeiros, através de negociações e diminuições de impostos e taxas e de redirecionamentos institucionais dos Ministérios das relações exteriores dos países.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ondas de integração referentes ao continente americano são evidentes no decorrer dos últimos dois séculos. Iniciando-se com a ruptura do Brasil e da Argentina com suas metrópoles e o gradual processo de redefinição de prioridades da Política Externa para o hemisfério americano.

O chamado Panamericanismo vai ser a tendência mais dominante durante o período estudado, o qual veio a se distanciar apenas no período da Guerra Fria, momento que os Estados Unidos mudam o foco de suas zonas de influência, afastando-se da América Latina.

É, então, que a segunda onda, a do Latinoamericanismo, começa a ganhar força, tanto impulsionada pelas ditaduras, quanto pelo desenvolvimento do pensamento crítico e de emancipação no subcontinente. Deste modo, os ministérios de relações exteriores começam a subdividir seus departamentos cada vez mais voltando as prioridades para a região e os países vizinhos, não mais pautado apenas na cooperação com os Estados Unidos e a visão do continente americano como um todo.

Por fim, percebe-se o Sulamericanismo através da implementação do MERCOSUL e outras iniciativas voltadas para a América do Sul, mais uma vez afunilando a zona de integração. Ainda que estas ondas não sejam uniformes, mas sim formadas de outras peculiaridades como até mesmo a polarização entre a integração sul-americana e a Iniciativa da ALCA concomitantemente, até mesmo o ressurgimento mais recente das tendências integracionistas latino-americanas.

Na comparação entre o histórico das ondas de integração e a institucionalização no âmbito da Política Externa é notório o *delay* entre os contextos e a implementação de departamentos específicos, o que demonstra que a institucionalização é consequência e não causa da integração. Ainda que, o surgimento de órgãos específicos tenha acelerado o processo de integração na região da América do Sul e até mesmo outras iniciativas.

Faz-se necessário destacar que a dinâmica observada tratava-se de fora para dentro, destacando a necessidade da categoria referente à Consciência e Identidade Regional ser mais

desenvolvida, de modo a referendar e criar uma base de apoio e continuidade no processo de integração. Um grande desafio já que a discussão sobre uma identidade coletiva entre Estados envolvidos em um processo de integração sugere uma redefinição no conceito de soberania. Ou seja, conhecer os vários aspectos do Novo Regionalismo pode fazer a diferença entre o delicado limite entre o êxito e o colapso de um processo de integracionista.

Prever cenários para o desdobramento das novas ondas de integração que estão por vir na região é uma tarefa que requer outros aprofundamentos: a irregularidade da integração regional nas sub-regiões brasileiras; a questão da identidade cultural, social e política; e, por fim, a atual crise de estagnação que envolve os processos de integração e as crises internas das lideranças do bloco do MERCOSUL.

Mesmo sendo constituído em escala continental, o Brasil apresenta uma não uniformidade nas suas relações com os países vizinhos que também constituem o MERCOSUL. As regiões que concentram um número maior de polos de integração estão localizadas no Sul e Sudeste do país, seja pela proximidade, seja pela concentração política e demográfica. De modo que, falar de integração regional como um processo equilibrado é uma falácia que mascara irregularidades internas.

Hoje as discussões a respeito dos processos de integração regional na América do Sul não se vinculam sobre a imprecisão de ser contra ou a favor da mesma, pois estes já constroem uma tendência irreversível de expansão das oportunidades e das propostas que visam soluções conjunturais para problemas em comum, interesses presentes em toda agenda internacional de qualquer Estado da região.

Todavia, o processo integracionista encontra-se atualmente estagnado, em função da ausência de reparos econômicos necessários de estabilização e nivelamento macroeconômico, ajustes setoriais e esforços de coordenação cambial. O impasse também está atrelado à capacidade das lideranças políticas do Brasil e da Argentina superarem suas crises internas, evidenciadas pelos seus baixos índices de aprovação dos atuais governos.

Para tanto, é preciso estar atento ao desenrolar das questões internas do Brasil e da Argentina, como as ameaças de impeachment da presidente Dilma Roussef, e, nos resultados das eleições argentinas. Enquanto não for reestabelecida a estabilidade econômica e política, não será possível vislumbrar quais serão os rumos da integração regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. **Decreto n° 878 de 29 de mayo de 2008**. Disponível em:
<http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/140000-144999/141162/norma.htm>.
Acesso em: 19/08/2015.

_. **Decreto n° 2085 de 7 de diciembre de 2011**. Disponível em:
<http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/190000-194999/191055/norma.htm>.
Acesso em: 19/08/2015.

BRASIL. **Decreto n° 7.304, de 22 de setembro de 2010**. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7304-22-setembro-2010-608670-norma-actualizada-pe.pdf>. Acesso em: 19/08/2010.

ARGENTINA. AR. Relaciones Carnales: El vinculo com Estados Unidos em La década Del

90. País, 05 dec. 2013. Disponível em: <http://argentina.ar/2013/12/05/pais-24129-relaciones-carnales-el-vinculo-con-estados-unidos-en-la-decada-del-90.php>. Acesso em: 30/08/15.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasil Política Internacional**. v. 48, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a07.pdf>>. Acesso em 15/08/2015.

CARVALHO, Adilson. A evolução da política brasileira de integração regional: do MERCOSUL à UNASUL. Brasília: 2009. (Especialização em Relações Internacionais) Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/unasul/mono_carvalho_unasul.pdf. Acesso em 20/08/2015.

CASTRO, Flávio Mendes Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Vol. I.

CASTRO, Flávio Mendes Oliveira. CASTRO, Francisco Mendes Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Vol. II.

CAVLAK, Iuri. A união entre Brasil e Argentina no desenvolvimentismo (1958-1962). **Revista Catarinense de História**, n.17, p.189-210, 2009. Disponível em: <http://www.anpuhsc.org.br/revfront_17%20pdfs/art10_format_brasil_argentina_iuri.pdf>. Acesso em 19/08/2015.

CAVLAK, Iuri. Integração e Desenvolvimento. As relações entre Brasil e Argentina (1822-2012). **Revista Discente- UFMG Belo Horizonte**, v. 4 n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/7p189.pdf>>. Acesso em: 16/08/2015.

COMIN, Daniela Cristina. As relações Argentino-Brasileiras: identidade coletiva e suas implicações no processo de construção do MERCOSUL. **Marília**, 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2008a/377/index.htm>>. Acesso em 18/08/2015.

DEPARTAMENTO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO. **Digesto de relaciones exteriores 1810-1913**. Francisco Centeno (comp). Buenos Aires: Est. Gráfico Centenario, 1913.

HURRELL, Andrew. **O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 17, nº1, 1995, p. 23-59.

MARTINS FILHO, João Roberto. Navios da Discórdia. **Revista de História**. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/navios-da-discordia>>. Acesso em: 15/08/2015.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO. **Fondo documental**. Disponível em: <https://www.mrecic.gov.ar/fondo-documental>. Acesso em: 19/08/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção Atos Internacionais**. n. 96, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 5.

RAMOS, Paula da Silva. Um ensaio à festa republicana - A relação Brasil-Argentina nos anos finais do Império. **Revista Angelus Novus - Edição especial**. n. 3, 2012. Disponível em: www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/article/download/1. Acesso em: 14/08/2015.

SANTOS, Raquel Paz dos. Repensando As Relações Brasil-Argentina A Partir Da Diplomacia Cultural (1930-1940). ANPUH – XIII Simpósio Nacional De História, 2005, **Anais...** Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0851.pdf>>. Acesso em: 15/08/2015.

SOUZA, N.. América Latina: as ondas da integração. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, América do Norte, 11, jul. 2012. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/296>. Acesso em: 22/08/2015.

1